

Resenha

Um fado universal

Fatima Sabrina da Rosa¹

Solon Eduardo Annes Viola²

*“... esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal”*

Fado Tropical³



Resenha: SANTOS, Boaventura de Souza. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. 1 ed. SP: Boitempo, 2016.

Esta obra de Boaventura de Souza Santos traz em si um risco intenso: o de abordar em paralelo, mas com o mesmo rigor que a academia exige, as difíceis relações entre o conhecimento elaborado e o compromisso ético-político da cidadania. Assim, o texto retoma as inquietações – presentes constantemente na produção acadêmica do autor – com os rumos dos debates políticos, das permanentes ameaças à democracia, e dos avanços do pensamento fascista na vida cotidiana. No entanto, nela, Boaventura dedica uma atenção especial às propostas elaboradas pelas correntes políticas que se apresentam como críticas ao modelo de democracia hegemônica pelo capitalismo financeiro e pela economia de mercado.

Como ponto de partida de sua análise, o autor aponta as fragilidades das alternativas propostas pelo pensamento e pelas ações políticas contem-

1 Doutoranda PROSUP-CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, professora de História e Sociologia na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul.

2 Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS.

3 Chico Buarque de Holanda, Fado Tropical. Música da peça Calabar, 1973.

a “democracia como nova gramática social que rompa com o autoritarismo” (p.18) e esteja voltada a uma “demodiversidade”.

Tangenciando questões levantadas por autores como Arrighi (2001) e Appaduray (1997), Boaventura situa a atual dificuldade de os Estados nacionais fixarem soberania territorial e garantia de direitos sociais na instabilidade dos fluxos de capitais e “no domínio do neoliberalismo como lógica de governança” (p.10), principalmente na Europa, independente da orientação ideológica dos governos nacionais daquele continente.

Para o autor, sanções de instituições financeiras – como a Comissão Europeia - ou mesmo de conglomerados industriais e financeiros tendem a solapar a autonomia dos Estados. O autor aponta ainda outras dificuldades que os Estados nacionais enfrentam para preservar a soberania política e cultura. Entre elas destaca os “desafios que as experiências nacionais, cada vez mais penetradas por experiências transnacionais, têm de enfrentar” (p. 63) como, por exemplo a questão das migrações decorrentes das guerras localizadas, das crises ambientais e sociais que assolam amplas regiões do planeta. Na primeira parte do livro, composta de um capítulo intitulado “O Estado e a sociedade na semiperiferia do sistema mundial: a Revolução dos Cravos - Portugal, 1974”, o autor reproduz um texto escrito em 1990, mas que revela grande atualidade para lançar luz sobre os processos recentes do Brasil no que diz respeito às relações tortuosas entre sociedade e estado. O autor compara a situação do Brasil como periferia na região americana à nação portuguesa, periferia da Europa.

Boaventura analisa quatro formas de Estado, a primeira é o Estado paralelo “um Estado formal que coexiste paralelamente a um Estado informal”. Ao retomar a experiência lusitana constituída a partir da superação do poder ditatorial, Boaventura lembra que a Revolução dos Cravos, em 1975 – que pôs fim ao caráter fascista do Estado salazarista – foi um movimento constituído de dentro do exército, portanto não moveu o Estado do lugar embora tenha causado certa paralisia no autoritarismo inerente ao poder.

Com o decorrer do processo e a edificação de uma Constituição, em 1976, os caminhos políticos da Revolução se bifurcam criando uma dualidade entre “um Estado constitucional preocupado com a construção de uma democracia capitalista moderna quando sua Constituição previa uma sociedade socialista sem classes” (p. 41). O resultado é uma situação política na qual “o capital é demasiado fraco para impor a recusa de uma legislação fordista, mas forte o bastante para evitar que ela seja efetivamente posta em prática” (p. 43).

O segundo modelo descrito é o Estado heterogêneo, o qual, ao contrário do Estado paralelo,

porãneas, as quais considera parte significativa de um “experimentalismo democrático pós-europeu”, que promete uma nova forma de concepção da participação popular, mas que tem enfrentado dificuldades para consolidar seus projetos e, por esta razão, produzido frustrações em relação a tais expectativas.

Dialogando com a perspectiva teórica do *sistema-mundo* de Immanuel Wallerstein (1974), Boaventura faz uma análise de países situados na periferia mundial (elucidando o caso do Brasil e outros na América Latina) e na chamada semiperiferia⁴, trazendo observações sobre Portugal. Além disso, o livro traz uma importante reflexão sobre o que o autor denomina de “sociologia das emergências” e sobre as possibilidades para a reinvenção das esquerdas. Já na introdução, o autor destaca uma separação entre as ideias de democracia a serem discutidas ao longo da obra. Lembra rapidamente como o histórico da democracia esteve vinculado a grupos de interesse que, ao longo da contemporaneidade, compreenderam a democracia como sinônimo e pressuposto do pensamento liberal buscando, de tal modo, inviabilizar e desmerecer outras formas de organização social e econômica e outras formas de participação política e de entendimento sobre a democracia.

Assim como Bobbio (2000), Boaventura argumenta sobre a necessidade de que os tempos de agora possuem de radicalizar a experiência democrática acrescentando às práticas de representação as iniciativas de maior participação através de instrumentos a serem construídos ou solidificados. Nesse sentido, propõe uma discussão das questões estruturais da lógica democrática e seu entendimento em duas frentes, uma dimensão hegemônica e outra contra-hegemônica, já evidenciando a necessidade de conceber-se

Não se baseia nem no direito nem na violação do direito e é mais positivo do que negativo - atua por meio de decisões administrativas, objetivos econômicos, mecanismos monetários e financeiros, incentivos fiscais, taxas de câmbio, subsídios, formação profissional, ameaças públicas contra os atores sociais mais agressivos, controle das greves do setor público, criação de mitos de desenvolvimento por intermédio dos meios de comunicação social etc. (p. 52)

Nesse subcapítulo (elucidativo para analisar as formas estatais de regulação laboral também vistas no Brasil), Boaventura destaca o “papel do Estado na criação das condições estruturais da acumulação e no padrão de especialização produtiva” (p. 47). A heterogeneização do Estado aparece presente nessa análise atuando sobre os mercados e relações de trabalho. Aqui,

4 Wallerstein classifica como semiperiferia os países que se mantêm numa escala intermediária de desenvolvimento e realizam uma intermediação entre os países considerados no centro e os da periferia, amenizando os conflitos entre uns e outros.

“as leis e as instituições fordistas apenas de forma muito seletiva vigoram e coexistem com a regulação neoliberal da relação salarial, predominantemente competitiva” (p. 49).

O terceiro subcapítulo sobre os modelos de estado em Portugal apresenta a observação do autor sobre um *quase* Estado-Providência português, que é compensado por uma sociedade-Providência com características e práticas que podem ser descritas, ao mesmo tempo, como pré ou pós-modernas. Nesse sentido, a sociedade-providência pode ser compreendida como organizações de filantropia dedicadas a manter certas distinções sociais utilizando-se de uma solidariedade com recorte paternalista, ou podem assumir formas de auto-organização e reciprocidade entre comunidades e pessoas de mesma escala social visando à criação de grupos capazes de produzir um capital social próprio.

O quarto modelo observado por Boaventura é o Estado-como-imaginação-do-centro. Por esse modelo, Portugal efetua uma mediação entre centro e periferia na relação do mesmo com as ex-colônias africanas e na integração com a Europa exigindo-se, em contrapartida, a adoção de políticas estruturais que visam, futuramente, um desenvolvimento igual ao dos países centrais, mas que, no presente, minam a especificidade das dinâmicas nacionais. Logo, Portugal tem se inserido num processo de integração à UE que revela características e consequências tanto identitárias – no que concerne a uma prática de regulação da igualdade/diferença em relação a um imaginário do centro da Europa – quanto político-econômicas, como a perda gradativa da soberania nacional. Fenômeno, aliás, presente também nas áreas periféricas da América Latina, da África e mesmo de importantes regiões do Extremo Oriente.

Ainda nesse capítulo, Boaventura integra a análise sobre a heterogeneidade do Estado português com a crítica sobre a democracia na Europa. O autor elucida o fato de não haver um projeto europeu de social-democracia para todas as nações do continente, mas uma “inércia” em que os países que têm políticas de corte mais social-democrata tendem a mantê-lo através da imposição de políticas de austeridade aos países “periféricos” do continente, como Portugal e Grécia. “É alarmante verificar que não é coincidência que o discurso de coesão social europeia coexiste com a falência do Estado-Providência e o avolumar das desigualdades sociais nos vários Estados-membros” (p. 68).

Na segunda parte denominada “marcas do tempo”, Boaventura procede à discussão de acontecimentos da última década que sinalizam possíveis rumos para a democracia. No capítulo “Por que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?”, afirma que tanto Cuba quanto o pensa-

mento crítico atual sofreram transformações incontornáveis desde os últimos cinquenta anos e que são essas mudanças de perspectivas que tornaram o entendimento entre as duas um “problema difícil”.

Cabe explicitar que o autor entende por esquerda:

o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e ao tipo de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera e que assim procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade (p. 74).

Há por parte de Boaventura o reconhecimento de uma crítica da esquerda que vê Cuba como “caso perdido”. Essa outra esquerda não chega a ser tratada no livro. O autor parece não vislumbrar algum outro caminho – à esquerda – para além das soluções já anunciadas pela inserção às práticas internacionalizadas ou da preservação do modelo cubano de socialismo.

No capítulo 3 da segunda parte, intitulado “Comentários com data”, Boaventura analisa, em pequenas notas datadas anteriormente, uma série de episódios políticos ao redor do mundo. Em dois deles trata diretamente do Brasil, mas de certa forma, em todas as demais notas, as observações sobre relações sociais, políticas e econômicas oferecem paralelos interessantes para a análise do país. Na primeira nota denominada “privataria em curso”, escrita em dezembro de 2012, Boaventura retoma o termo de Gaspari⁵ e discorre sobre a onda de corrupção que acompanhou a venda do patrimônio público brasileiro nos anos 1990 como “condição para o Brasil entrar na modernidade”. Mesmo que a nota esteja mais dirigida aos portugueses para advertir sobre o que poderia estar passando no país europeu, o escrito é valoroso para os brasileiros e, de certo modo, para os demais países da América Latina que sofrem de alguma amnésia política.

Em outra nota escrita em junho de 2013, denominada “Preço do progresso”, Boaventura analisa as mudanças na política governista que levaram a uma insatisfação popular reconhecida nas manifestações daquele ano, as quais ocuparam as ruas de várias cidades, não só as metrópoles, brasileiras. O autor conjectura que a insatisfação provinha da maior ofensiva do governo a um produtivismo e desenvolvimentismo que deslocou para um segundo objetivo as políticas de inclusão social, bem como desacomodou populações ur-

5 Elio Gaspari é atualmente colunista da Folha de São Paulo. Com boas relações com os governos militares, herdou os arquivos pessoais de Golbery do Couto e Silva e volumosa documentação do governo Ernesto Geisel. Delas extraiu as fontes que lhe possibilitaram escrever uma densa obra sobre o período das ditaduras militares.

banas e campesinas em nome de projetos de megainfraestrutura, ao mesmo tempo em que inseria o país no circuito internacional dos megaespetáculos reproduzíveis pelos meios de comunicação para todo o planeta.

A análise de Boaventura tende a opor a política de Lula, entendida por ele como mais inclusiva e democrática, à de Dilma, que estaria efetuando um retorno às desigualdades, bem como respondendo a demandas dos setores do pensamento conservador brasileiro. Propõe que as oligarquias estariam, de certa forma, mais inseridas no governo da presidenta, fato que o impeachment, quase três anos depois de escrita a nota, veio a nos fazer questionar.

Para Boaventura, as manifestações de junho significam uma resposta das ruas a um *retorno* do país a políticas antidemocráticas, a uma involução social. Cabe perguntar se, diferente disso, as manifestações não seriam mais representativas da insatisfação com o *estancamento* da evolução social, isto é, se não demonstravam a frustração em relação à promessa da “democracia sem fim” que procedia a uma desaceleração do crescimento econômico e da conquista de direitos.

Nos escritos de Singer (2013) e Braga (2013) sobre os acontecimentos de junho de 2013, a insatisfação aparece associada a um *modus operandi* governista que não identifica o mandato de Dilma como ruptura da política lulista, e sim como continuidade. Os autores demonstram que grande parte da massa de manifestantes já havia concluído ou cursava o ensino superior, mas a despeito dos níveis de escolaridade não apresentava aumento significativo nos níveis de renda, caracterizando um novo proletariado frustrado com a má qualidade de vida que persistia apesar do aumento da escolarização.

Ao final da onda de protestos, esse grupo de jovens trabalhadores chamados por Braga de “preariado” apareciam somados às demandas de uma pluralidade de grupos com ideologias conflitantes, inclusive uma classe média refratária à ampliação dos direitos exigidos pelos primeiros. Diferentemente de Boaventura, a análise dos dois autores brasileiros parece conjecturar que as correntes de esquerda, somadas ao setor denominado por Singer (2013) de “centro pós-materialista”, foram às ruas insatisfeitas com a forma (não necessariamente com a falta) da democracia brasileira e inquietas com a frustração sobre as expectativas de melhoria financeira e laboral, bem como de qualidade de vida associada a bons serviços de mobilidade e segurança urbana.

De outro modo, as manifestações ganharam um componente de grupos mais localizados nos setores médios insatisfeitos com a corrupção e o inchaço no Estado brasileiro, características que esses grupos identificavam nos governos do Partido dos Trabalhadores. De qualquer forma, tais análises tendem a evidenciar o caráter plural e conflituoso das demandas que os

acontecimentos de junho denotaram na sua segunda fase, bem como demonstram não estabelecer diferenciação significativa entre os dois governos (Lula e Dilma) que justifique a inquietação das ruas. A agitação aparece como reação a certa desaceleração, mas ainda assim a uma continuidade.

A parte 3 – “democratizar a democracia” – traz duas entrevistas: uma conduzida em 2010 e outra em 2016, nas quais Boaventura conceitua e re-toma pautas fundamentais das esquerdas mundiais dentre as quais cabe ressaltar a noção de democracia: “democracia para mim é todo o processo de transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada”. (p. 133). Nesse sentido, a “emancipação social” necessita de que a democracia não seja apenas objeto e objetivo do poder estatal, mas esteja centrada em todas as diferentes formas e espaços em que o poder circula, isto é, nos seis espaços-tempo definidos pelo autor: família, comunidade, produção, mercado, cidadania e relações internacionais.

O autor atenta para o fato de que no interior da democracia representativa convivem formas de socialismo e fascismo. A primeira forma está presente nas características mais participativas e comunitárias das formações sociais ou institucionais; a segunda, vista pelo autor como um grande problema a ser enfrentado, é que, em algumas democracias representativas, parte significativa dos grupos sociais e pessoas no interior do estado democrático sofrem com as características fascistas institucionais ou inseridas na sociedade, como ameaças aos direitos historicamente conquistados e difusão de múltiplos tipos de preconceitos sociais, culturais e políticos.

Na última parte do livro, em “Cartas às esquerdas”, Boaventura elabora uma cartilha de observações e advertências para reorganização das esquerdas, já definindo que não há luta pela democracia que não tenha como horizonte o Estado. Nesse sentido, pode-se conjecturar *que algumas esquerdas* – mesmo aquelas que tenham dimensão internacional – não estão inseridas na expressão plural utilizada pelo autor. “Melhor Estado, sempre; menos Estado, nunca” (p. 175).

Wallerstein (2002), com quem Boaventura dialoga, demonstra que o Estado é o principal protagonista das intervenções de liberalização da economia. Da mesma forma, o próprio Boaventura destaca o papel do Estado no desmanche de direitos sociais e trabalhistas ao relatar sobre o período pós-Revolução dos Cravos em Portugal. Quando o Estado sufoca a participação e serve aos interesses de uma economia supostamente “livre”, ainda assim, mais Estado é preferível a menos? Talvez Boaventura respondesse com base em Laclau (1996), (também referenciado ao longo do livro), que o espaço “a menos” do Estado pode sempre ser preenchido por instituições ou grupos fascistas ou socialistas. Às esquerdas cabe a luta por preencher cada espaço de poder

com mais democracia.

Para tanto, impõem-se a necessidade de as esquerdas unirem-se em diferentes pautas de luta, aliando, por exemplo, as lutas anticoloniais às lutas ambientais. É também urgente que a esquerda latino-americana comece a questionar o desenvolvimentismo e o extrativismo. Inchar o Estado para reduzir a pobreza não resolve o problema da concentração de riquezas, além de esgotar recursos ambientais e protagonizar uma série de atentados contra a dignidade dos povos que “entram o desenvolvimento”.

Esse avanço sobre terras indígenas e populações rurais e quilombolas objetivando o crescimento é particularmente notado por Boaventura nos países latino-americanos. A questão da barragem de Belo-Monte exemplifica muito bem isso. A esquerda “do futuro” deve unir sua luta em torno do combate do tripé que sustenta a dominação, portanto deve ser anticapitalista, anticolonialista e antissexista. A interculturalidade também deve ser algo presente para a articulação das lutas em diferentes contextos.

Com base nesses conflitos e na ofensiva capitalista sobre direitos sociais, Boaventura alerta para o fato de que a luta pela democracia participativa e direta deve avançar a ponto de combater o capitalismo, uma vez que tal sistema só sustenta e tolera a democracia enquanto ela lhe for útil.

À medida que as instituições do capital se sintam ameaçadas pela democracia iniciarão o processo de desgaste da mesma. Logo, as esquerdas não podem agir na defensiva esperando que o capitalismo se dê conta primeiro. O que, aliás, parece já ter ocorrido. O autor salienta que “Esse regime de acumulação está em rota de colisão com a democracia, mesmo com a democracia de baixa intensidade que é característica das sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais. Daí o fortalecimento das pulsões fascistas” (p. 201) A eclosão de fascismos sociais já está presente na sociedade que estamos mirando, o fascismo político (já se faz presente) é, segundo Boaventura, a “carta na manga” a ser lançada pelo capitalismo como forma de se perpetuar caso a hegemonia que o sustenta se esvaneça.

O destaque do livro de Boaventura parece residir na ênfase que permeia todos os capítulos sobre a simultaneidade de temporalidades contemporâneas ou o “pluriverso”, bem como a atenção que debruça sobre os acontecimentos do que o autor denomina de Sul Global como possibilidades de práticas fundantes de uma “teoria de retaguarda”, outra noção interessante trazida ao longo da obra.

Para Boaventura, as teorias de vanguarda que antecipavam a ação revolucionária foram a tônica do século XX. O novo século exige uma teoria de retaguarda que descolonize o pensamento crítico, principalmente o marxista, que perquiria sobre a “sociologia das emergências” e que aprenda com a prática, principalmente aquela experimentada pelos novos atores sociais da periferia do mundo. A reinvenção das esquerdas e a possibilidade de ver no horizonte a

“democracia sem fim”, passa por essa reformulação do léxico e da semântica que envolve a luta por sociedades mais justas.

Curiosamente, depois de incitar as esquerdas à união, advertir sobre o fascismo político iminente e elencar as mazelas de nosso tempo (que são muitas), a última palavra colocada na obra pelo autor é *utopia*. O gênero literário-filosófico que alimentou o imaginário político-ideológico do último meio milênio felizmente ainda tem lugar na obra de Boaventura. No entanto, precisa ser reinventado assim como as esquerdas, sob pena de perder ainda mais lugar para a distopia, a narrativa que traz o som das correntes arrastadas do passado, cerca o presente e lança sombra sobre o futuro.

Referências

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. In: *Novos Estudos*, n. 49, 1997.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. In: *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, n. 34, nov. 2013.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel editores, 1996.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: *Novos estudos* – CEBRAP, n. 97, São Paulo, nov. 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. Estados? Soberania? Os dilemas dos capitalistas numa era de transição. In: WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos*. Ciência Social para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. New York: Academic, 1974.

